

## **LUTA MÉDICA ENTREVISTA: JORGE SOLLA**

Médico Pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia. Ex-Coordenador da Residência de Medicina Social do ISC / UFBA. Ex-secretário Municipal de Saúde de Vitória da Conquista (BA) entre 1999 a 2002. Ex-Vice-Presidente Nordeste do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde entre 2003 e 2005 e desde 2007, secretário de Saúde do Estado da Bahia.

**Luta Médica – Uma das principais questões que afligem os médicos do serviço público estadual são os baixos salários. Qual é o plano de valorização dos médicos (da ativa e aposentados)? A Secretaria de Saúde vai adotar o piso salarial (R\$ 3.481,76 por 20 horas) proposto pela Fenam?**

Jorge Solla: A SESAB irá tomar medidas para a valorização profissional dos médicos no serviço público estadual que passam pela questão salarial, mas também pela criação de mecanismos efetivos de educação permanente e de desprecarização da contratação destes profissionais. É importante ressaltar que a precarização do trabalho médico, com vínculos que não garantem os direitos trabalhistas e previdenciários, cresceu enormemente no setor público (o que já ocorria no setor privado, é bom lembrar) em função da política neoliberal de redução do papel do Estado nas áreas sociais, inclusive do quadro de servidores públicos.

Iremos atuar para recuperar a presença do médico com vínculos diretos com o serviço público no Estado e nos municípios. A prioridade na valorização dos profissionais médicos pelo atual governo se traduz, entre outras medidas, pela incorporação de militantes históricos do movimento médico baiano nos principais quadros de direção da Sesab, como por exemplo, os companheiros Alfredo Boa Sorte (que era presidente do Sindimed) e Abelardo Menezes (atuava como vice-presidente do Cremeb).

**Luta Médica – Quando será apresentado um cronograma de implantação do Plano de Cargos e Salários (PCCS) da Secretaria para o Estado?**

Jorge Solla: Ainda não temos um cronograma estabelecido, contudo tal necessidade terá prioridade na agenda da política de recursos humanos da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia nestes quatro anos do Governo Jaques Wagner. O Plano de Cargos e Salários será construído em discussão ampla e democrática com os profissionais, através de suas entidades representativas.

**Luta Médica – Todos sabemos que existe um déficit de médicos no serviço público da Bahia. Vem de muito tempo a expectativa da abertura de concurso público para o preenchimento desta lacuna. Como está o planejamento da Sesab sobre quando o Estado abrirá concurso público e quais as prioridades? Existe um número estimado de contratações?**

Jorge Solla: A realização de concurso público é uma decisão do governador Jaques Wagner, já constava de seu programa de governo para a área de saúde e será realizado, não tenha dúvida. É óbvio que a preparação demanda tempo, realização de um diagnóstico de necessidades e resolução de alguns nós críticos importantes na atuação política de recursos humanos para que o concurso venha a ser efetivo.

**Luta Médica – A não realização de concursos gerou distorções na prestação de serviços no Estado, derivando as contratações via Reda e as ditas cooperativas, que vêm precarizando as relações de trabalho. Como a Sesab enfrenta essa questão a curto e médio prazo? E o que podem esperar os médicos que atuam hoje com esses vínculos precarizados?**

Jorge Solla: Em curto prazo já estamos fazendo um levantamento de todos os postos contratados por Reda e faremos uma grande seleção pública para médicos com vistas a democratizar o acesso a estes postos de trabalho em regime temporário.

Em médio prazo a realização de concurso público está sendo programada. É bom lembrar o exemplo do Ministério da Saúde que no início do governo Lula não tinha quadros concursados nas duas agências reguladoras da saúde (ANS e Anvisa) e hoje, quatro anos depois, apresenta uma realidade completamente diversa com seus quadros profissionalizados, concursados e capacitados, aumentando a atuação destas instituições na regulação da saúde suplementar e da

vigilância sanitária. O mesmo ocorreu com a realização de concursos públicos para os hospitais universitários federais e para hospitais do Ministério da Saúde.

**Luta Médica – A terceirização da gestão dos hospitais públicos é outra preocupação do Sindimed. Como a Sesab vai tratar os contratos em vigor, e qual o horizonte da terceirização a partir de agora? Você pode falar um pouco sobre que tratamento será dado ao Incoba e à Maternidade José Maria de Magalhães Neto?**

Jorge Solla: A terceirização da gestão dos hospitais estaduais foi política prioritária do governo anterior, feita com critérios nebulosos, sem transparência e controle social. Estamos fazendo uma cuidadosa avaliação de cada caso. O atual governo pretende valorizar o serviço público e criar mecanismos inovadores de gestão que aumentem a eficiência, a autonomia e a capacidade da gestão pública. Recentemente fizemos um grande seminário, inclusive com participação de outras secretarias estaduais de saúde (Rio de Janeiro e Sergipe) discutindo alternativas, entre elas a proposta de criação de “fundações estatais” para aperfeiçoar a gestão das unidades hospitalares por dentro do setor público.

**Luta Médica – Com relação ainda à terceirização, qual significado podemos atribuir à ruptura do contrato com a Promir, que gerencia o Hospital Mário Dourado Sobrinho, em**

**Irecê? É essa uma posição emblemática para os demais hospitais que são geridos ainda dessa forma no interior do Estado?**

Jorge Solla: Nós consideramos que não existe uma única alternativa para a gestão da rede hospitalar. Nos casos em que o diagnóstico feito evidenciar prejuízo para a assistência à população e inadequada relação custo/benefício os contratos serão rescindidos ou não renovados como ocorreu com o Hospital de Irecê.

Onde, por outro lado, os contratos apresentarem avaliação positiva, com uma boa prestação de serviços pelo contratado e adequação financeira poderão ser mantidos ou renovados, como ocorreu com o Hospital de Ribeira do Pombal, que vem sendo administrado pela Fundação José Silveira. Um absurdo é cobrarmos dos hospitais sob gestão pública direta (estadual ou municipal) eficiência e resultados positivos com baixa alocação de recursos financeiros e empregar parâmetros diferenciados, com maior volume de financiamento, quando a gestão é terceirizada. Esta foi a tônica do governo passado!

**Luta Médica – No setor da alta complexidade, os médicos enfrentam hoje várias dificuldades decorrentes da falta de leitos no suporte de terapia intensiva, além de problemas na distribuição geográfica dos leitos existentes no Estado. Existe um plano de redimensionamento neste setor envolvendo esses**

**dois aspectos levantados? Gostaríamos que você detalhasse de maneira particular esse assunto na área da pediatria.**

Jorge Solla: Será realizada uma expansão importante dos leitos de terapia intensiva e implantados serviços de semi-intensiva com vistas a ampliar o acesso da população a este tipo de recurso nos principais pólos assistenciais do Estado. Além disso, será implantado um conjunto de medidas para fortalecer a regulação dos leitos existentes (públicos e contratados) e um programa de qualificação dos profissionais que atuam nos serviços de UTI.

Na área de pediatria estas medidas serão implementadas, destacando a criação de um grande hospital pediátrico em Feira de Santana que será referência regional, inclusive contando com serviço de terapia intensiva.

**Luta Médica – A histórica instituição que é a Tsyla Balbino vive momentos de apreensão. O que será feito com os profissionais daquela maternidade, face ao iminente fechamento?**

Jorge Solla: O destino da Tsyla Balbino está em discussão. Estão sendo feitos estudos sobre as condições do prédio e acerca da oferta de leitos obstétricos na capital. Em qualquer decisão que venha a ser tomada os profissionais que hoje trabalham nesta maternidade podem ficar tranquilos que não serão prejudicados e serão ouvidos no processo.

**Luta Médica – A Bahia tem registrado crescente demanda por terapia substitutiva de órgãos. Como será incrementado e ampliado o acesso aos transplantes e qual a política de captação de órgãos?**

Jorge Solla: Apesar do enorme crescimento da oferta de transplantes de órgãos pelo SUS no governo Lula, a Bahia não acompanhou este avanço. Esta política terá prioridade no atual governo com expansão da capacidade de captação de órgãos pelo sistema de saúde, da realização de transplantes e da oferta de ações e serviços essenciais ao paciente transplantado.

**Luta Médica – O Programa Saúde da Família tem uma importância destacada em âmbito nacional, com grande incentivo do governo federal. Na Bahia, porém, além de estarmos muito aquém do necessário, ainda se enfrentam muitas crises na estrutura já implantada. Sucessivas greves têm ocorrido em Salvador devido ao atraso sistemático dos salários. Que destaque será dado ao PSF pela Sesab? Como você vê a terceirização na gestão do PSF? Existe algum plano de apoio do Estado aos municípios, especialmente a Salvador, para o PSF?**

Jorge Solla: Estamos elaborando uma proposta que permitirá a criação de um quadro permanente para a estratégia de Saúde da Família, com Plano de Cargos, Carreira e Salários, concurso público, permitindo o deslocamento dos profissionais entre os municípios e crescimento vertical e horizontal na carreira, sem

perder o vínculo municipal, contudo com as garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Os municípios poderão aderir a este projeto e dispor dos recursos humanos viabilizados através dele. Apesar da atenção básica ser prerrogativa municipal, o papel do Estado enquanto coordenador do sistema, e sua missão de cooperar técnica e financeiramente com os municípios para o sucesso da estratégia de Saúde da Família são indispensáveis.

**Luta Médica – O atendimento de emergência é uma demanda crescente no Estado, que tem recebido significativa reposta a partir da implantação dos Serviços Móveis de Urgência (Samu). De que forma o Estado pretende dar suporte ao Samu, particularmente na questão da regulação de leitos?**

Jorge Solla: O Samu é um sucesso absoluto! Antes do governo Lula, apenas 16 municípios em todo o Brasil tinham serviços de atenção pré-hospitalar (Vitória da Conquista era o único na Bahia). Hoje mais da metade da população brasileira mora em municípios com este serviço em funcionamento. Nesta gestão o Estado da Bahia irá assumir seu papel de coordenação (que não foi efetivado) criando o sistema estadual de atenção pré-hospitalar (Samu) expandindo este serviço para todos os pólos regionais e ampliando para os municípios vizinhos e para os principais eixos rodoviários.

O governo passado não assumiu sequer sua participação devida no financiamento do Samu, não efetivando os repasses financeiros que

tinha se comprometido com os municípios, deixando uma dívida em torno de 20 milhões de reais de incentivos não pagos. Isto dificultou a ampliação do Samu e a capacidade dos municípios em qualificarem efetivamente a rede de atendimento de emergência. É importante lembrar que esta não foi a única dívida herdada pela Sesab: mais de R\$ 75 milhões em restos a pagar e outros R\$ 70 milhões, aproximadamente, em débitos não contabilizados (repasses do Samu, medicamentos básicos para municípios não repassados, contrapartidas de programas federais não realizadas, débitos com fornecedores, entre outros), o que compromete em muito a capacidade de investimento, especialmente neste primeiro ano de governo.